

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CPD

REQUERIMENTO N.º /2017 (Da Sra. Rosinha da Adefal)

Requer a realização de Seminário da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a fim de debater sobre o tema MÍDIA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA – AVANÇANDO NA INCLUSÃO

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 24, inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvidos os membros desta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a realização de Seminário, visando debater sobre o tema *MÍDIA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA – AVANÇANDO NA INCLUSÃO*.

JUSTIFICATIVA

Vivemos um momento de complexidade quanto à participação social das pessoas com deficiência. Embora tenhamos uma legislação específica avançada, ainda nos deparamos com atitudes preconceituosas e práticas discriminatórias que preservam e reproduzem concepções antigas e errôneas sobre as deficiências em diversas esferas sociais.

Tem sido cada vez maior o número de pessoas com deficiência e de organizações da sociedade civil que buscam, com diversas práticas e ações, tanto o cumprimento dos direitos conquistados nas últimas décadas como, também, uma reflexão mais profunda e eficaz em toda a sociedade acerca da diversidade humana.

Nesse contexto, a mídia é considerada por muitos especialistas e representantes das pessoas com deficiência, uma grande aliada para a

inclusão social, na medida em que esta pode exercer um duplo papel importante: fiscalizar o cumprimento das leis específicas e conscientizar a sociedade com informações que combatem atitudes preconceituosas.

Contudo, a mídia só vai ser uma aliada concreta das pessoas com deficiência quando mostrar para todos que essa questão – o convívio entre as diferenças – exige uma responsabilidade de todos.

O objetivo do seminário é promover uma maior compreensão dos assuntos concernentes à deficiência e para mobilizar a defesa da dignidade, dos direitos e do bem-estar das pessoas.

A mídia é responsável por comunicar, e colabora com a construção da visão da sociedade, e reflete, da mesma forma, seu imaginário. Cabe a esta mídia e aos principais veículos o cuidado de adotar métodos de comunicação inclusivos e acessíveis, empregar termos corretos e respeitosos, e evitar disseminar a ideia distorcida de incapacidade, fragilidade, discurso preconceituoso e assistencialismo. Cabe a nós, como legisladores e formadores de opinião, trabalhar em conjunto para desenvolver no Brasil um jornalismo mais digno no trato da Pessoa com Deficiência e ensinar que podemos mostrar além do óbvio.

Apenas com o envolvimento dos diversos setores da sociedade em um debate continuado sobre as questões centrais relacionadas à deficiência, será possível reverter o impacto dessa herança discriminatória. Daí a importância fundamental dos meios de comunicação de massa, enquanto agentes facilitadores dessa troca de informações.

Sala das Comissões, de dezembro de 2017.



ROSINHA DA ADEFAL
Deputada Federal
PT do B/AL